



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Como é que o Governo vai rever e aperfeiçoar o mecanismo de gestão da poluição luminosa em Macau

Com o desenvolvimento económico de Macau, especialmente com o aumento de construções e instalações hoteleiras e turísticas, surgiram problemas de gestão da poluição luminosa, e uma parte da iluminação instalada nas paredes exteriores, os equipamentos de iluminação e os painéis publicitários de LED de grande dimensão emitem fortes luzes que podem afectar a vida quotidiana da população. Apesar de a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) ter emitido várias instruções e procedido à sua revisão contínua, muitos cidadãos estão atentos à eficácia destas instruções e a como reforçar os trabalhos de gestão no futuro.

Actualmente, quanto a orientações ambientais relacionadas com a poluição luminosa, temos: as “Instruções para controlo da poluição ambiental proveniente dos estabelecimentos de hotelaria e estabelecimentos congéneres”, as “Instruções para controlo da poluição luminosa proveniente dos painéis publicitários, das iluminações decorativas e dos monitores LED no exterior dos edifícios”, a “Guia de Controlo da Poluição nos Estaleiros”, entre outros, que podem ser consultados e cumpridos pelos sectores em causa, produzindo preliminarmente efeitos no tratamento da poluição luminosa em Macau. Segundo um cidadão, devido à forte luminosidade do painel de LED na fachada de um hotel, junto da sua casa, este solicitou apoio à Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), que, por sua vez, acompanhou o caso, mas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

acabou por ser difícil a sua resolução.

Segundo a resposta da DSPA, para além de exigir aos responsáveis dos estabelecimentos, alvo da queixa, que procedam às devidas melhorias, ainda se referiu que o caso envolve o funcionamento e a fiscalização das instalações dos hotéis e dos painéis publicitários, pelo que foi encaminhado para a Direcção dos Serviços de Turismo (DST) e para o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) para efeitos de coordenação e acompanhamento. No entanto, o IAM respondeu ao cidadão que a poluição luminosa em causa provém das luzes decorativas colocadas na parede exterior do edifício, não tendo natureza de publicidade comercial, logo não se considera “publicidade” nos termos da lei. O problema da poluição luminosa proveniente das iluminações nas paredes exteriores dos edifícios é enviado à DSPA para acompanhamento, logo o problema dificilmente se resolve.

Pelo exposto, as autoridades devem proceder a uma revisão contínua sobre a eficácia dos actuais trabalhos, nomeadamente, aperfeiçoar o mecanismo de coordenação e de tratamento entre os diversos serviços. Nos últimos anos, outros países e regiões com orientações e acordos semelhantes, começaram também a discutir os métodos de gestão da poluição luminosa, estudando a possibilidade de introduzir sanções e a respectiva legislação, com vista a concretizar a ideia de “poupança de energia e redução de poluentes”, evitando o impacto nos cidadãos.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. A DSPA elaborou várias instruções para controlo da poluição luminosa e procedeu a várias revisões, no entanto, continuam a existir diversos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

problemas na sua aplicação prática. A DSPA afirmou que ia rever, em tempo oportuno, a eficácia dos respectivos trabalhos. Então, quais foram os resultados obtidos?

2. O Governo vai melhorar o actual mecanismo para a apresentação de queixas e o mecanismo de coordenação e tratamento de queixas entre os serviços competentes, com vista a ajudar os residentes a resolver os problemas com maior eficácia? O Governo procedeu a alguma fiscalização periódica nas principais zonas que foram alvo de queixas?
3. As luzes inadequadas não só originam poluição luminosa, como aumentam a produção de carbono. Conforme o Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2021-2025), o Governo propôs o melhoramento do mecanismo de gestão da poluição luminosa, assim, que objectivos, programas e medidas concretas vão ser definidos para se articularem com as estratégias nacionais de desenvolvimento da protecção ambiental?

31 de Janeiro de 2022

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Lei Cheng I